



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade  
Instituto Estadual do Ambiente

### ATO DO PRESIDENTE

#### PORTARIA INEA Nº 1.491 DE 05 DE JANEIRO DE 2026

DELEGA COMPETÊNCIA PARA  
RESPOSTA PELO EXPEDIENTE DA  
PRESIDÊNCIA-PRE S/ QUANTO A  
PRÁTICA, DE ATOS DE GESTÃO  
ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA,  
ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL NO  
ÂMBITO DO INSTITUTO ESTADUAL DO  
AMBIENTE INEA.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NO § 1º DO ART. 82, COMBINADO COM O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 289 DA LEI ESTADUAL Nº 287, DE 04/12/1979.

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Delegar competência a JOSE ANTÔNIO PAULO FONSECA, Diretor Executivo e de Planejamento, ID Funcional nº 894.844- 2, para praticar, sem prejuízo de suas atribuições como Ordenador de Despesas isolado, nos termos da legislação em vigor, atos de gestão orçamentária, financeira, administrativa e patrimonial, no âmbito do Instituto Estadual do Ambiente - INEA, a responder pelo expediente da Presidência -

PRESI deste Instituto Estadual do Ambiente - INEA no período de 05 a 09 de Janeiro de 2026, durante o afastamento do titular da pasta.

- I- autorizar despesas, bem como a expedição e a assinatura das respectivas Notas de Autorização de Despesas, emissão de Notas de Empenho, Reconhecimentos de Dívidas, movimentação de recursos financeiros em geral, pagamentos de despesas orçamentárias, emissão de ordens bancárias, ordens de pagamentos e cheques nominativos; II - autorizar a concessão de adiantamentos e diárias, aprovar e impugnar as respectivas prestações de contas;
- III - autorizar licitações, assinar editais e alterações, homologar os respectivos resultados, inclusive aceitação de objeto de contrato, bem como dispensá-las quando for o caso, atuando como autoridade superior nos casos de recursos, impugnação de editais, bem como em quaisquer atos que se fizerem necessários;
- IV - dispensar licitação ou reconhecer sua inexigibilidade;
- V- aplicar as penalidades previstas em lei, quando se verificar ilícitos administrativos, descumprimento de obrigação contratual ou quaisquer descumprimentos de obrigações de administrado para com a Administração, na forma de resolução própria;
- VI - autorizar, assinar e rescindir contratos, nos casos permitidos em lei;
- VII - autorizar a saída de viaturas do território do Estado, à ofício;
- VIII- aprovar e impugnar as prestações de contas das descentralizações de crédito e das entidades delegatárias.

**Art. 2º** Seja dado conhecimento imediato desta Portaria ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento.

**Art. 3º** Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, e deixará de estar em vigor após a data de 09 de janeiro de 2026.

Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 2026

**Renato Jordão Bussiere**  
Presidente do Inea

Publicada em 06.01.2026, DO nº 03, página 13